



## Plenário analisará aumento de limites para adesão ao Simples

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que eleva teto da receita bruta de micro e pequena empresa

O aumento dos limites da receita bruta anual para enquadramento no sistema de tributação do Simples Nacional, de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil nas microempresas e de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões nas empresas de pequeno porte, foi aprovado pela Comissão de Assuntos

Econômicos. Também foi acatado regime de urgência para o exame em Plenário. O substitutivo da relatora, Marta Suplicy, prevê o pagamento do ICMS e do ISS fora da guia do Simples na parte da receita que exceder R\$ 3,6 milhões. O projeto deve retornar à Câmara para análise das emendas do Senado. **3**

Comissão de Assuntos Econômicos: o prazo para micros e pequenos empresários parcelarem débitos tributários pode entrar em vigor em 2016



Pedro Franco/Agência Senado

**Debatedor cobra ação que proteja mulher deficiente **8****

**Brasil terá novo embaixador em Cingapura **2****

**Mais Educação deve virar política, segundo relatório **7****

**El Niño agrava crise hídrica, avalia Agência de Águas **4****

**Licença longa para mãe de prematuro ganha urgência **2****



Jonas Pereira/Agência Senado

Decisão foi anunciada ontem em Plenário pelo presidente Renan

### Definição sobre convocação no recesso fica para dia 17

A convocação extraordinária do Congresso vem sendo defendida pelo governo federal e por parlamentares que querem votar logo o pedido de impeachment contra a presidente Dilma

Rousseff. Em Plenário, a carta de Michel Temer e a aprovação de chapa de oposição na Câmara para compor comissão que vai examinar o impedimento geraram polêmicas entre os senadores. **5**

### Especialistas pedem lei que incentive ciência

Num seminário organizado pelas Comissões de Ciência e Tecnologia do Senado e da Câmara, especialistas pediram rapidez na aprovação do projeto que cria o marco legal da ciência e tecnologia. Eles disseram que a inovação tem sido prejudicada pela falta de uma lei moderna. O seminário continua hoje. **4**



Pedro Franco/Agência Senado

Seminário no Congresso teve a presença dos ministros Mercadante e Pansera

### Estados devem adotar escola em período integral, dizem senadores

A Comissão de Direitos Humanos decidiu recomendar aos 27 governadores que adotem a educação em tempo integral em seus sistemas de ensino. A decisão foi tomada em audiência que discutiu a proposta como forma

de reduzir a criminalidade entre os jovens e evitar a redução da maioria penal. Segundo especialistas, países com baixos índices de violência juvenil oferecem escola em tempo integral para a população. **7**



Gerardo Magela/Agência Senado

Frei Davi, Paulo Paim e Ângela Guimarães, do Conselho Nacional da Juventude

### Comissão pode votar Orçamento na segunda-feira

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem 12 relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2016. Agora faltam ser aprovados dois relatórios, o que deverá ocorrer na reunião de hoje da CMO. Assim, o relatório final do deputado Ricardo Barros poderá ser votado na segunda-feira. A presidente da comissão, senadora Rose de Freitas, acredita que o Congresso analisará o Orçamento ainda neste ano. **6**

# Ganha urgência PEC que beneficia mãe de prematuro

Proposta de emenda à Constituição estabelece licença-maternidade mais longa para mulher que der à luz antes do tempo normal. Ideia é que texto seja aprovado no Plenário até o fim deste mês

A PROPOSTA DE Emenda à Constituição (PEC) 99/2015, que amplia a licença da gestante em caso de parto prematuro, teve calendário especial de tramitação aprovado ontem no Plenário. A intenção dos senadores é aprovar a proposta até o fim deste mês.

Da autoria de Aécio Neves (PSDB-MG), a PEC permite que a licença-maternidade comece a contar a partir da saída do bebê prematuro do hospital.

Para o senador, a aprovação dessa PEC atende uma demanda histórica e servirá como estímulo para a melhoria do tratamento específico aos recém-nascidos prematu-

ros na rede pública de saúde. Também ganhou urgência o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 384/2015, do deputado Silas Câmara (PSD-AM), que restabelece o pagamento do seguro-defeso aos pescadores, interrompido pela Portaria Interministerial 192/2015, dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente.

A portaria suspende os períodos de seguro-defeso, a partir de 5 de outubro, por até 120 dias, além de outros atos e instruções normativas. Esse prazo poderá ser prorrogado por mais 120 dias, o que deixaria os pescadores sem receber o benefício por quase um ano.

A suspensão está prevista

até a realização do recadastramento dos pescadores artesanais pelo Ministério da Agricultura e a revisão dos períodos de defeso por meio dos comitês permanentes de gestão e uso sustentáveis de recursos pesqueiros.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), avisou que, apesar da aprovação da urgência para aprovação do decreto legislativo, o governo tenta um acordo para a questão.

O Plenário também aprovou urgência na tramitação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 432/2013, que regulamenta a Emenda Constitucional do Trabalho Escravo (EC 81).

O texto prevê a expropriação de terras onde se verifique trabalho escravo. A proposta foi aprovada na Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação da Constituição em 2013.

Por fim, foi aprovado requerimento de urgência para o PLS 554/2011, que estabelece prazo máximo de 24 horas para uma pessoa presa em flagrante ser apresentada ao juiz. A proposta regulamenta a chamada audiência de custódia.



Aécio Neves, autor da PEC que prevê licença maior para mãe de bebê prematuro

## Senado aprova novo embaixador em Cingapura

O Plenário aprovou ontem a indicação, pela Presidência da República, de Flávio Soares Damico para a embaixada em Cingapura. Foram 50 votos a favor e apenas 2 contrários, além de 1 abstenção.

Flávio Damico já havia sido aprovado em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), no dia 2. O indicado nasceu em Porto Alegre, em 1960. Graduou-se em economia em 1982 e, cinco anos

depois, entrou para a carreira diplomática.

— Quero saudar a indicação de um conterrâneo. Teremos uma representação de excelência — elogiou a senadora Ana Amélia (PP-RS).

## Mortes por armas de fogo devem ser tema de CPI

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) informou ontem que ele e o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) conseguiram as assinaturas necessárias no Senado e na Câmara para a criação de co-

missão mista parlamentar de inquérito (CPMI) destinada a investigar as causas e consequências das mortes e lesões por armas de fogo no Brasil.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que

o Senado vai levar adiante essa comissão e se dispôs a colaborar no que for necessário.

Randolfe, Jungmann e a Frente Parlamentar pelo Desarmamento vão protocolar as assinaturas amanhã.

## Bairro de Goiânia questiona companhia de energia

Moradores do Parque Santa Rita, em Goiânia, integrantes do Movimento Diga Não à Rede de Alta Tensão, debateram com dirigentes da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (Celg), da Aneel e da Eletrobras, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), a instalação de uma rede de transmissão de energia de alta tensão.

Na audiência, presidida por Ronaldo Caiado (DEM-GO), decidiu-se pela criação de

uma comissão de mediação. O senador criticou a Celg por alegar dificuldades técnicas e financeiras para definir um novo traçado para a rede.

Os moradores destacaram o risco do campo magnético à saúde, a interferência nas ondas de rádio e TV e a desvalorização dos imóveis. Para o presidente do movimento, Flávio Augusto Correa, se a rede planejada pela Celg não for concluída, vai faltar energia.

— A Celg não providenciou alvará junto à prefeitura. Nem sequer fez estudos de impacto de vizinhança — afirmou.

Diretor técnico da Celg, Humberto Eustáquio Tavares relatou que a empresa instala redes de energia em Goiânia há mais de dez anos e nunca foram necessários alvarás.

— A rede no Parque Santa Rita é considerada de extrema importância para a Região Metropolitana de Goiânia — disse.



Sarney (D) relembra seu amigo e ex-suplente no lançamento da exposição

## Exposição homenageia o escritor Odylo Costa, filho

Foi inaugurada ontem a exposição *Centenário Odylo Costa, filho*. A cerimônia teve a presença do ex-senador José Sarney, do senador Edison Lobão (PMDB-MA), da diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e da diretora da Secretaria de Comunicação Social, Virgínia Malheiros Galvez.

A mostra reúne imagens da vida e da obra do escritor

até 18 de dezembro, das 8h às 20h, na Biblioteca do Senado.

Sarney lembrou a inteligência e a bondade de Odylo (1914–1979), que foi seu suplente no Senado em 1970.

— Quem tem um amigo tem duas almas. Odylo foi minha segunda alma. Todos que conviveram com ele tiveram o ensinamento de sua bondade. Com a morte, eu perdi um pedaço de mim — disse.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Indicação para o Dnit**  
8h30 A comissão lê relatório da indicação de Erick Moura de Medeiros para o Dnit.
- CAS Logística reversa**  
9h A comissão analisa o PLS 67/2013, que trata da logística reversa de veículos automotores, e mais 9 itens.
- CCT Seminário**  
9h A comissão faz o segundo dia do seminário Estratégias Legislativas para o Investimento Privado em CT&I.
- CDR Legado da Copa**  
9h A comissão realiza audiência interativa para avaliar obras nas cidades-sede da Copa de 2014.
- CMA Barragens**  
9h A comissão realiza audiência interativa sobre a situação geral das barragens de rejeitos de mineração no Brasil.
- CMO Relatórios setoriais**  
9h A comissão faz reunião extraordinária para avaliar relatórios setoriais do Orçamento de 2016.
- CCJ Habilitação internacional**  
10h A comissão avalia o PLC 95/2012, sobre a expedição da permissão internacional para conduzir veículo, e mais 32 itens.
- CDH Acessibilidade**  
11h A comissão analisa o PLS 650/2011, sobre acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos no Minha Casa, Minha Vida, e mais 8 itens.
- PLENÁRIO Imóveis da União**  
14h Pauta trancada pela MP 691/2015, sobre a administração dos imóveis da União.
- AGENDA BRASIL Jogos de azar**  
14h30 A comissão discute o PLS 186/2014, sobre jogos de azar no país, e mais 10 itens.
- CPI DO FUTEBOL Marco Polo Del Nero**  
14h30 A CPI do Futebol ouve o presidente licenciado da CBF, Marco Polo Del Nero.
- MP 698/2015 Minha Casa, Minha Vida**  
14h30 Instalação e eleição da comissão da MP que garante uso do FGTS para pagamento de prestações não quitadas do Programa Minha Casa, Minha Vida.
- CE Cultura Viva**  
14h30 A comissão apresenta relatório da avaliação do Programa Cultura Viva.
- MUDANCAS CLIMÁTICAS Paraíba**  
14h30 A comissão realiza audiência interativa para discutir a crise hídrica na Paraíba.
- MP 699/2015 Vias interrompidas**  
14h40 Instalação e eleição da comissão da MP que agrava a penalidade para interrupção deliberada de vias públicas.
- MP 692/2015 IR em venda de imóveis**  
15h Apreciação de relatório da MP que aumenta o IR sobre o ganho de capital em venda de imóveis.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**  
16h Renan Calheiros dirige a ordem do dia da sessão plenária.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

O substitutivo aprovado pela CAE eleva o teto de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil para microempresas e de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões para pequenas empresas

# Novos limites para o Simples vão a Plenário

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o aumento dos limites de enquadramento no Simples Nacional. O projeto eleva de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil o teto da receita bruta anual da microempresa e de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões o da empresa de pequeno porte.

Para ser microempreendedor individual, o limite passa de R\$ 60 mil para R\$ 90 mil. Poderá aderir ao Simples do Empreendedor do Meio Rural quem tiver receita bruta de até R\$ 90 mil. O Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006) é um sistema especial de tributação. A CAE aprovou também regime de urgência para o exame do PLC 125/2015 em Plenário.

O texto retornará à Câmara para análise das emendas do Senado, mas, segundo o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), há acordo para a votação da proposta pela Casa revisora ainda neste ano. A maior parte das regras só valerá a partir de 1º de janeiro de 2017. Porém, o prazo do “Refis do Simples”, que permitirá aos micros e pequenos empresários parcelar débitos tributários em até 120 meses, pode entrar em vigor em 2016.

A relatora na CAE, Marta Suplicy (PMDB-SP), propôs substitutivo ao projeto do ex-deputado Barbosa Neto. O novo texto prevê o pagamento do ICMS (imposto estadual) e do ISS (municipal) fora da guia do Simples Nacional na parte da receita bruta anual que exceder R\$ 3,6 milhões.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Dalírio Beber (PSDB-SC) e Waldemir Moka (PMDB-MS) manifestaram

preocupação com a possibilidade de perdas para estados e municípios, tanto na arrecadação como na transferência de recursos para os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Tanto Marta como Pimentel argumentaram que as eventuais perdas para esses entes federativos são pouco significativas diante do impacto na geração de empregos proporcionada pelas mudanças. Pimentel esclareceu que, em 2007, quando foi criado o Simples Nacional, 70% dos municípios não arrecadavam o Imposto sobre Serviços (ISS). Hoje todos os municípios recolhem o imposto pela guia única do Simples.

## Progressivo

Marta destacou o mecanismo que assegura progressividade aos tributos pagos por meio do Simples. Trata-se de uma tabela de parcelas a deduzir, semelhante à aplicada no cálculo do Imposto de Renda. O objetivo é passar de uma faixa para outra, sem elevação brusca da carga tributária.

Ela notou que o principal receio das empresas que hoje fazem parte do sistema é sofrer “um tranco tributário”: quando migram para o lucro presumido, a carga sobe 54% para o comércio, 40% para a indústria e 35% para os serviços.

O projeto também eleva o limite de receita bruta anual para o enquadramento como microempreendedor individual, que deverá passar dos atuais R\$ 60 mil para R\$ 90 mil. E permite ao empreendedor rural com receita bruta de até R\$ 90 mil aderir ao Simples.

Outra mudança beneficia



José Pimentel e Marta Suplicy (3º e 5º à esq.) garantiram que mudanças não vão prejudicar estados e municípios

microcervejarias, vinícolas, produtores de licores e destilarias, que poderão aderir ao Simples Nacional. Atualmente, fabricantes de bebidas alcoólicas estão fora do sistema.

A fim de incentivar as atividades de inovação e investimentos produtivos, o projeto permite que as micros e pequenas empresas admitam aportes que não integrem o capital social da empresa. Esses aportes de capital poderão ser feitos por pessoas físicas ou jurídicas denominadas investidores-anjos.

## Crédito

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacou a criação, no projeto, da empresa Simples de Crédito, de âmbito municipal, que considerou uma espécie de “banco do povo”, para democratizar o acesso a crédito. Esse tipo de empresa vai oferecer empréstimos, financiamento e desconto de títulos de crédito exclusivamente com recursos próprios.

Mas Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lembrou a Lei 1.521/1951, que pune a agiotagem no país. Para o senador, a incorporação de uma nova modalidade de empresa no sistema de crédito do país precisa ser mais bem estudada. Entretanto, Ferraço considerou os argumentos de Pimentel e de Marta de que o assunto será regulamentado e fiscalizado pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda. Pimentel lembrou que questionamentos semelhantes apareceram com o surgimento das cooperativas de crédito, que hoje estão consolidadas.

Outra emenda da relatora altera o tratamento tributário dado às empresas do segmento de beleza. Hoje os valores integralmente repassados para os profissionais parceiros dessas empresas são contabilizados para fins de enquadramento no regime simplificado. A mudança exclui tais valores da base de cálculo da receita bruta.

O presidente do Senado,

Renan Calheiros, garantiu na tarde de ontem a um grupo de representantes das micros e pequenas empresas que conversará com os líderes partidários para votar o PLC 125/2015 ainda este ano.

— Faremos o que for possível para votar o texto em Plenário o mais rápido possível — disse.

## Direitos

No encontro, Marta e Pimentel explicaram as alterações.

— Com o atual cenário econômico, haverá demissões formais, não adianta tapar o sol com a peneira. Nosso papel é ajudar aqueles que, ao perderem o emprego, queiram se tornar microempresários — argumentou a senadora.

O presidente do Sebrae, Afif Domingos, observou que após a aprovação do projeto, o desafio será conscientizar o cidadão de que, ao pagar os impostos, adquire direitos.

— Pago, logo exijo. Esse deve ser o lema do bom cidadão — afirmou Renan.

## Ana Amélia diz que pobres sofrem mais com crise e inflação

Para Ana Amélia (PP-RS), a crise econômica recai mais sobre os pobres.

A senadora citou dados que mostram que o impacto da inflação em 2015 foi de 11% para quem recebe entre 1 e 2,5 salários mínimos.

— Como disse o ex-presidente do Banco Central Carlos Eduardo de Freitas, a inflação é como um imposto que cobra mais dos mais pobres. Quem tem maior renda tem maior chance de se proteger da crise. Mas os mais frágeis têm maior vulnerabilidade.

Ela defendeu projeto que abate das dívidas estaduais as desonerações da Lei Kandir.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Capiberibe destaca aumento de destinação de verba pública para AP

João Capiberibe (PSB-AP) leu artigo de José Reinaldo Picanço, ex-secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Amapá, sobre o crescimento dos investimentos públicos no estado de 2011 a 2014. Segundo o senador, o produto interno bruto (PIB) do Amapá saltou de R\$ 8,2 bilhões, em 2010, para R\$ 12,7 bilhões em 2013.

O aumento do PIB estimulou a geração de emprego, disse. Nesse período, afirmou, o governo estadual saneou as contas e investiu em áreas sociais.

Esse cenário, para Capiberibe, revela o acerto do PSB quando governou o Amapá.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Ângela comemora entrega do Minha Casa, Minha Vida em Roraima

Ângela Portela (PT-RR) anunciou que amanhã 2.992 famílias vão receber as chaves de imóveis do Minha Casa, Minha Vida, em Boa Vista.

Segundo ela, os apartamentos entregues são adaptados a pessoas com deficiência, para facilitar a mobilidade.

A senadora defendeu ainda projeto dela que condiciona o início do pagamento das prestações do programa ao oferecimento de vagas aos moradores em escolas públicas perto da residência.

— É fundamental que a família tenha equipamentos sociais para os filhos.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Paim: Legislativo não pode revogar norma de segurança do trabalho

Paulo Paim (PT-RS) pediu aos senadores e deputados que não revoguem a Norma Regulamentadora (NR) 12 do Ministério do Trabalho, que trata de práticas de segurança no manuseio de máquinas e equipamentos por trabalhadores dentro das empresas. O assunto está em debate na Câmara e no Senado.

Paim ressaltou que a NR 12 é detalhista e conectada com o que há de mais moderno na indústria mundial. Ele disse que o Brasil está entre os cinco países em que mais ocorrem acidentes de trabalho e que a revogação da norma é um crime contra o trabalhador.

— Suspender a norma exporia o trabalhador a riscos e seria um retrocesso social.

## Segundo Hélio José, Congresso deve ter papel ativo no Parlatino

Hélio José (PSD-DF) falou no Plenário sobre sua recente participação da 31ª Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), no Panamá.

Ele disse que, no encontro, se destacou o respeito aos direitos humanos e à democracia no continente e se aprovaram documentos como o que mostra a disposição do Parlatino de apoiar a luta contra o ebola e o que defende a cooperação internacional no combate às drogas. Para ele, é fundamental que o Parlamento brasileiro continue participando dessas reuniões, para consolidar a amizade com os outros países.



Morais Moritz/Agência Senado

# Falta de lei freia inovação, dizem especialistas

Participantes de seminário da Câmara e do Senado pediram rapidez na aprovação do marco legal da ciência e tecnologia, que tem o objetivo de impulsionar as duas áreas

## AGENDA BRASIL

PESQUISADORES, GOVERNO E indústria defenderam ontem, em seminário organizado pelas Comissões de Ciência e Tecnologia do Senado e da Câmara, a imediata aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/2015. Eles disseram que a proposta, que está na pauta do Plenário do Senado, vai ajudar a desfazer amarras que impedem o desenvolvimento da inovação. O seminário continua hoje.

A proposta de lei da ciência e tecnologia, elaborada pelo deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), regulamenta a Emenda Constitucional 85 e é um dos itens da Agenda Brasil, conjunto de medidas priorizadas pelo Senado para impulsionar o crescimento do país.

Ao ler uma carta da comunidade científica pedindo a aprovação da proposta, Sérgio Gangioni, do Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, disse que a burocracia hoje emperra as pesquisas e colocou o Brasil no 70º lugar no Índice Global de Inovação 2015.

— É infernal a burocracia que se enfrenta. A sanção [da proposta] vai permitir uma maior aproximação entre pesquisadores e empresas, entre o setor público e o privado. Está comprovado que o investimento em inovação coloca o país em outro patamar, elevando a produtividade — argumentou.

Para Ricardo Felizola, presidente de empresa de tecnologia, no entanto, a aprovação da norma chega tarde:

— Levou quatro anos [no Congresso]. Isso, para o setor, é uma eternidade.

Fernando de Magalhães



O ministro Aloizio Mercadante fala no seminário sobre ciência e tecnologia, ao lado do senador Cristovam Buarque (3º à esq.) e do ministro Celso Pansera (3º à dir.)

Furlan, secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, observou que o setor de inovação muda rapidamente. A legislação, continuou, precisa acompanhar as mudanças no mesmo ritmo.

### Comparação

Apesar de ter aumentado os investimentos em pesquisa e desenvolvimento — de 1% do produto interno bruto (PIB) em 2005 para 1,2% em 2012, que é o último dado consolidado disponível —, o Brasil ainda está longe do nível de investimento de países desenvolvidos.

A Alemanha, por exemplo, investe 3% do PIB em inovação, segundo relatou Andrea Mandalka, consultora-chefe da Fraunhofer Liaison, uma das maiores organizações de pesquisa aplicada da Europa.

A representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio, avaliou que o PLC 77/2015 vai ajudar a criar um ambiente favorável à inovação e estimular as empresas a investir em pesquisa e novas tecnologias.

— Neste momento, nossos

competidores não estão parados. Precisamos acelerar o passo ou ficaremos para trás. Se não fizermos mudanças significativas, levaremos 34 anos para alcançar 2% do PIB em inovação — alertou Gianna.

Apesar de ter caído no ranking de inovação, o Brasil está entre os países mais férteis em termos de pesquisa, ocupando a 13ª posição em ranking de produção científica.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, chamou a atenção para o dado, destacando que o estímulo à inovação é papel não apenas do Estado, mas também do setor privado. Segundo ele, está na hora de repensar o modelo de investimento:

— O investimento público do Brasil está próximo ao da média mundial. O problema atual não está no esforço que o Estado está fazendo. O problema é que o setor privado investe pouco. Existe uma baixa cultura de inovação no setor industrial.

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, deputado Fábio Sousa (PSDB-GO), afirmou que é pre-

ciso reduzir a dependência dos recursos públicos e encorajar as empresas a tornarem-se locais de excelência de inovação.

Outro problema apontado pelos debatedores foi a resistência de setores das universidades a aproximar-se das empresas. O presidente da CCT do Senado, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que é preciso estimular a cooperação entre a academia e o setor produtivo.

— Precisamos dar um salto e atravessar o muro que nos separa dos países inovadores — disse Cristovam.

### Liberação de patente

O senador espera que o seminário ajude o país a traçar uma nova estratégia de inovação. Uma das conclusões da primeira parte do evento é que é necessário propor a modernização do sistema de liberação de patentes, considerado muito lento e burocrático.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera, conclamou Congresso, governo e setor privado a trabalhar juntos numa estratégia de inovação.

— É fundamental o esforço

do governo, mas é também necessária uma legislação um pouco mais ágil, menos burocratizada — avaliou.

Representantes de instituições de pesquisa do Brasil e do exterior abordaram as estratégias adotadas em todo o mundo para estimular a inovação. Dehua Liu, professor da Universidade Tsinghua, da China, relatou que a política chinesa se baseia em estimular as empresas a agir como grandes *players* de inovação.

Andrea Mandalka, da Fraunhofer Liaison, disse que a estratégia de investimento da Alemanha é buscar projetos com elevado potencial de inovação e parcerias com o setor privado.

Para o senador Walter Pinheiro (PT-BA), as experiências internacionais deixam claro que o setor de inovação depende de financiamento regular e de uma estratégia que estimule uma cultura de inovação:

— A ousadia, a estratégia e o comprometimento do financiamento são elementos decisivos para que atuem de forma competitiva e inovemos cada vez mais — avaliou.

## Secas e enchentes serão piores em 2016, afirma diretor da ANA

O prolongamento do fenômeno El Niño, que teve entre suas consequências ambientais o fortalecimento da seca no Nordeste e em parte da Amazônia, marca um novo desafio na gestão dos recursos hídricos no Brasil. Esse foi um dos pontos destacados em audiência realizada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com a presença do diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo.

Guillo citou previsões de especialistas segundo as quais o El Niño deve durar até setembro de 2016. De acordo com ele, essa deve ser a vez em que o fenômeno mais vai elevar as temperaturas, já num quadro de cinco anos de estiagem no semiárido nordestino.

— Ali só costuma chover entre fevereiro e abril, mas já se sabe que no ano que vem essas ocorrências serão

menores do que a média — adiantou.

Na opinião do presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA), essa situação aumenta a preocupação com a Bacia do Rio São Francisco, uma vez que a seca deve atingir 70% de sua vazão. Por outro lado, Guillo disse que o El Niño contribuirá para chuvas mais intensas na Região Sul e no Acre, que já foram afetados por grandes enchentes este ano.

A crise hídrica torna prioritária a retomada da construção de grandes reservatórios, observou Andreu Guillo. Ele lamentou que o debate público em torno do tema destaque apenas os impactos negativos, como os que se referem ao meio ambiente, esquecendo-se dos benefícios que esses reservatórios trazem para a sociedade.

— Precisamos de grandes adutoras e reservatórios para água de uso múltiplo. Isso hoje é uma questão de



Vicente Guillo, da ANA: reservatórios e grandes adutoras são fonte de segurança hídrica

segurança hídrica, eles são os mais adequados nos períodos de longa estiagem — afirmou.

Guillo também disse que o país precisa se ocupar com o excesso de consumo e o desperdício de água, presentes ainda nos hábitos de grande parte da população brasileira.

— Em plena crise, os padrões de consumo por habitante superam 250 litros/dia, quando o recomendado para situações normais é de 150/litros dia — afirmou.

Ele destacou que parte desse alto índice resulta de problemas na rede de distribuição, mas que ainda assim o país precisa repensar o padrão de consumo nas cidades, que deve estar em equilíbrio com seu uso por parte dos setores da agricultura e da indústria.

— De nada adianta priorizar o consumo urbano e depois faltar alimentos e empregos para quem mora nessas cidades. Não é certo vilanizar o uso da água pela agricultura ou pela indústria.

O senador Blairo Maggi (PR-MT) aproveitou para pedir que a ANA e o Ministério do Meio Ambiente flexibilizem as restrições ambientais para que produtores rurais acumulem água da chuva.

Parlamentares que querem acompanhar o processo do pedido do impeachment de Dilma Rousseff, em tramitação na Câmara, defendem a convocação extraordinária

# Decisão sobre recesso deve ocorrer no dia 17

A DEFINIÇÃO SOBRE a convocação extraordinária do Congresso no período de recesso parlamentar, que vai de 23 dezembro a 1º de fevereiro, só deve ocorrer no dia 17, anunciou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A convocação vem sendo defendida por parlamentares como os senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES), João Capiberibe (PSB-AP) e Randalfe Rodrigues (Rede-AP), interessados em acompanhar o pedido de abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, em tramitação na Câmara dos Deputados. Randalfe apresentou questão de ordem.

— É notório que vivemos a mais grave crise política, com ressonâncias na economia, desde a redemocratização. É iminente, necessário e urgente nesse momento grave da vida nacional que o Congresso permaneça reunido — afirmou.

Capiberibe também defendeu a convocação extraordinária



Vicentinho Alves; o secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira; Renan Calheiros e Omar Aziz em Plenário

ria imediata. Ele lembrou que “esse processo penoso” se prolonga desde o início de 2015. O senador lembrou ainda que, em 1999, houve um pedido de abertura de impeachment contra o presidente Fernando Henrique Cardoso, rejeitado pela Câmara em maio do ano seguinte.

— Não é possível que o ano todo as pessoas estejam sofrendo, perdendo seus empregos, perdendo direitos, a violência tomando conta do país e a gente aqui fazendo “cara de paisagem”. A gente não

precisa pensar duas vezes sobre essa convocação — frisou.

Ferraço, por sua vez, destacou que a autoconvocação do Congresso não representa custo adicional ao contribuinte. E disse que a conjuntura brasileira não abre outro caminho além de reiniciar os trabalhos em 5 de janeiro.

— Nós estamos em uma conjuntura política, econômica e moral da maior gravidade. Uma crise política que alimenta uma crise econômica e uma crise econômica que alimenta uma crise política — disse.

Renan explicou que há pelo menos cinco hipóteses de convocação extraordinária do Congresso, mas todas com exigência de aprovação do Plenário. De acordo com o artigo 57 da Constituição, ela será feita pelo presidente do Senado em caso de decretação de estado de defesa, de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do presidente e do vice-presidente da República.

Poderá ainda ser feita pelo presidente da República, pelos

presidentes da Câmara e do Senado, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso. Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso só poderá deliberar sobre a matéria para a qual foi convocado, vedado o pagamento de indenizações devido à convocação. Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso, elas serão automaticamente incluídas na pauta.

No passado, disse Renan, a convocação extraordinária representava uma verdadeira “farra remunerada”, visto que se deixava de votar matérias importantes ao longo do ano para impô-la. Ele disse que foi responsável pela Emenda Constitucional 50/2006, que dificultou a convocação, o que levou o Senado a economizar, naquele ano, R\$ 100 milhões.

## Carta de Temer provoca interpretações diferentes

Entre os senadores do PT e da oposição, a opinião é de que a carta que o vice-presidente Michel Temer enviou na segunda-feira para a presidente da República, Dilma Rousseff, foi motivada por razões pessoais.

Tornada pública, a insatisfação de Temer, que é também presidente nacional do PMDB, inflamou ainda mais as discussões em torno do processo de impeachment de Dilma. Enquanto os petistas se esforçam para evitar mais acirramento dos ânimos, os opositoristas apostam na ruptura de uma ala do PMDB com o governo.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), ao assinar a carta, Michel Temer “passa a ser um cabo eleitoral do impeachment”.

Para o senador, a carta também é a revelação de desavenças motivadas por “interesses pessoais não republicanos”.

— [A carta] guarda uma relação estreita com o que é mesquinho e o oportunismo, não é um gesto de grandeza, mas de qualquer forma é o anúncio de voto favorável ao impeachment.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), disse que o partido reconhece o papel importante de Temer na articulação política. Para o petista, a carta é mais um “desabafo pessoal” do que um posicionamento político.

— Temer é um democrata de larga tradição e ele sabe que o momento é de baixarmos a temperatura. Não é o governo, é o país que está em

jogo — disse o líder do PT.

Renan Calheiros disse que conversou com Temer e também entende que a carta não é um documento político, mas uma mensagem de desabafo. Ele ressaltou que o episódio não prejudica o PMDB nem as relações com o governo.

— O PMDB é um partido muito grande. É o maior do Brasil, o maior no Congresso, o que tem maior número de governadores. Portanto, é um partido que não tem dono. O PMDB tem que participar do governo em torno de uma coalizão programática, porque senão a discussão vai se voltar para cargo, prestígio ou não, confiança ou não. Eu acho que isso não qualifica nem o partido nem a política brasileira — afirmou.

## Reguffe defende processo contra presidente Dilma

Reguffe (PDT-DF) disse que o PDT está equivocado quando fecha questão contra a abertura de processo de impeachment.

Ele, ao contrário, defende a abertura do processo, assim como espera que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgue a ação de impugnação de mandato por abuso de poder político e econômico do governo.

— O TSE tem que definir se houve ilicitude no processo eleitoral ou não.



Moneira Moritz/Agência Senado

## Fátima Bezerra acusa Cunha de manobra regimental

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e os líderes da oposição pela decisão de apresentar chapa alternativa para concorrer às vagas na comissão especial que decidirá sobre a admissão do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ela classificou o ato como uma “manobra” contra o regimento.

— Cunha, agora, quer interferir na escolha dos membros da comissão especial. E fez isso em conluio com os líderes da oposição. Isso é um escárnio com a democracia.

## Caiado quer país mobilizado pelo impedimento

Ronaldo Caiado (DEM-GO) pediu que a sociedade se mobilize em favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Segundo ele, no dia 13 haverá manifestações em diversas cidades brasileiras. Para o senador, essa é a hora de as pessoas mostrarem às autoridades que querem um país diferente.

— Eu peço a cada um que reflita, analise. Você deseja mais três anos do governo Dilma e do PT?

Caiado acrescentou que o Brasil atravessa crise moral, que vai além das dificuldades política, econômica e social.

## Chapa da Câmara que examinará impeachment gera divergências

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) informou ao Plenário, ontem, que a Câmara dos Deputados elegeu a chapa da oposição, com mais de 70 votos à frente da concorrente, para a comissão que vai conduzir o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. A comissão terá integrantes que apoiam a saída da presidente e será responsável pelo exame do pedido posto em andamento, na quarta-feira da semana passada, pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Cássio disse que “os juristas de verdade” afirmam que Dilma cometeu crime de responsabilidade.

Já Humberto Costa manifestou “profunda indignação

e inquietação com os fatos que vêm ocorrendo na Câmara”. Ele criticou a aceitação do pedido de impeachment e disse que pedidos do mesmo tipo foram tidos como “sem fundamento legal para um processo de impedimento”.

— A decisão do presidente da Câmara foi muito mais para retaliar um governo que não concordava em se submeter às suas chantagens — declarou.

João Capiberibe (PSB-AP) disse que não entraria “no mérito”, pois está distante do governo e da oposição. No entanto, criticou o voto secreto, “que caracteriza uma decisão tomada às escondidas”.

— A votação tem que ser aberta em qualquer circunstância — defendeu.

## Benedito crê na lisura das contas do governo federal

Benedito de Lira (PP-AL) afirmou que não há equívoco nas contas do governo federal de 2014.

Segundo ele, um dos pontos citados pelo TCU que deram base ao pedido de impeachment foi o não repasse de recursos da União para a Caixa para pagar benefícios sociais. Mas, para ele, uma dificuldade do governo pode ser suprida por uma de suas entidades, como a Caixa, que foi ressarcida em seguida.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Para Dário, povo está insatisfeito com sistema político

Dário Berger (PMDB-SC) disse que, no modelo adotado no Brasil, toda vez que o Executivo e o Legislativo entram em choque, há o emperramento do processo decisório.

— Surgem vozes pedindo a volta da ditadura. O que é isso? Será verdadeiramente saudade da ditadura ou a manifestação exasperada de uma profunda insatisfação com o sistema político que hoje temos? Fico, então, com a segunda opção.



Moneira Moritz/Agência Senado

Votação dos dois últimos relatórios setoriais deve ocorrer hoje. Ideia é que proposta seja aprovada pelo Congresso até o fim do ano

# Comissão aprova relatórios e poderá votar Orçamento na segunda-feira

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) concluiu ontem a votação de 12 relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/2015). A aprovação dos textos abre a possibilidade de que o relatório final, a ser apresentado pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR), seja votado na CMO na segunda-feira.

A proposta orçamentária é dividida em 16 relatórios setoriais, que cuidam das despesas de órgãos federais dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

Dois dos pareceres já haviam sido aprovados na segunda-feira. Para hoje, serão votados os dois últimos, relativos à área de turismo e à de educação e cultura. Os textos já foram entregues pelos relatores, respectivamente senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) e o deputado Wellington Roberto (PR-PB). A reunião está marcada para as 9h, na Câmara.

A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), afirmou que, se depender da comissão, o país terá o Orçamento aprovado neste ano.

— Nada é um sinal mais conciso e importante do que oferecer esse Orçamento ao país, para que todas as áreas, como a educação e a saúde, possam funcionar sabendo as prioridades que podem manter, os investimentos que podem fazer.

A votação dos 12 relatórios setoriais começou pela manhã e só foi interrompida à tarde, com o início das votações na Câmara. As votações ocorreram por acordo. Todos os relatores setoriais apresentaram indicações ao relator-geral.

As indicações são demandas que não puderam ser atendidas por falta de recursos, restando a Ricardo Barros atuar como última instância para aumento de verbas solicitadas por deputados e senadores. Seu parecer final incluirá os pleitos atendidos.



A senadora Rose de Freitas preside a reunião em que a Comissão Mista de Orçamento aprovou 12 relatórios setoriais

## Avança PPA alinhado ao Plano Nacional de Educação

O Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento. O texto (PLN 6/2015), que ainda será votado no Plenário do Congresso, foi relatado pelo deputado Zeca Dirceu (PT-PR). O principal ponto do parecer aprovado é o alinhamento do PPA com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

— Posso dizer que este é o PPA da educação — destacou o relator.

O PNE foi instituído pela Lei 13.005/2014. A norma contém metas para o ensino brasileiro entre 2014 e 2024.

Dirceu aceitou diversas emendas que alinharam ao PNE o capítulo da educação do PPA. Ele aproveitou a oportunidade para quantificar ou elevar algumas metas do PNE. Um exemplo é a titulação anual de professores do ensino superior.

O relatório do PPA fixa, como meta para o período 2016-2019, em 73% o percentual de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nas universidades

brasileiras. O PNE não traz nenhum percentual específico.

Zeca Dirceu ampliou a meta de construção de escolas da educação básica, de 3 mil até 2019, valor que consta do projeto original do PPA, para 4 mil. O relator também criou algumas metas para o setor, como elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 95% até 2019. Hoje essa taxa é de 91,5%. O PNE fala apenas em atingir a universalização da alfabetização em 2024.

### Robustez

O deputado afirmou que o alinhamento entre os dois planos fortalece a educação.

— Agora as metas estão em duas leis, e não apenas em uma. Isso traz mais robustez para o PNE — apontou.

Ele comentou que o PPA aprovado na Comissão Mista de Orçamento beneficia estados, Distrito Federal e municípios, que poderão contar com mais recursos federais.

O PPA foi criado pela Cons-

tituição para funcionar como o planejamento de médio prazo do país. A partir das metas inseridas no plano é que são elaboradas a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento da União. O plano tem vigência de quatro anos, vigorando sempre do segundo ano de um mandato presidencial ao primeiro ano do mandato seguinte. O objetivo desse formato é garantir um mínimo de continuidade ao planejamento público entre duas gestões presidenciais.

A votação do PPA na Comissão Mista de Orçamento interfere na análise da proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/2015). Segundo as normas da CMO, a análise do relatório final do Orçamento só terá início após a aprovação do projeto de lei do PPA pelo Congresso.

Zeca Dirceu e a presidente da comissão, senadora Rose de Freitas, conversarão com o presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre a data de votação do texto no Plenário do Congresso.

## Ferraço critica a fusão de institutos de biodiversidade

A proposta do governo federal de fundir quatro entidades de estudos de biodiversidade



em uma única instituição foi criticada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O senador fez referência especial ao Instituto Nacional da Mata Atlântica, sediado em Santa Teresa (ES).

— A fusão de institutos que trabalham biodiversidades absolutamente diferentes, que exigem especializações particulares, vai eliminar a autonomia, identidade, história e personalidade do Instituto Nacional da Mata Atlântica.

Para o senador, a medida é especialmente danosa neste momento em que o Espírito Santo precisa lidar com o desastre ambiental do Rio Doce.

Também entram na fusão os Institutos do Semiárido, de Pesquisas do Pantanal e de Águas.

## Pinheiro lamenta incêndio na Chapada Diamantina

Walter Pinheiro (PT-BA) lamentou ontem o incêndio no Parque Nacional da Chapada Diamantina, na Bahia.



O senador ressaltou que as queimadas têm ocorrido muito mais pela intervenção humana do que pela longa estiagem. Pinheiro disse que já foram queimados mais de 30 mil hectares de floresta e que o fogo já se aproximou de comunidades próximas. Ele criticou a ausência de ações preventivas da defesa civil no país:

— A gente sempre chega depois do fato consumado e sem nenhum tipo de resposta imediata. É a ausência de defesa civil, de políticas.

Pinheiro, porém, parabenizou os brigadistas que atuam no combate ao incêndio, muitas vezes até sem os equipamentos adequados.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Comissão sugere aos estados escola integral

Recomendação foi feita ontem durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como alternativa à redução da maioridade penal

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) vai enviar aos 27 governadores a recomendação para que os estados adotem a educação em tempo integral nos seus sistemas de ensino. A medida, acreditam os integrantes do colegiado, pode ser uma alternativa à proposta de redução da maioridade penal em tramitação no Senado.

A possibilidade de julgar e punir jovens maiores de 16 anos foi tratada ontem em audiência pública pela comissão.

— Os países com baixo índice de criminalidade juvenil adotam educação em tempo integral. É uma constatação e os senadores precisam saber disso. Se o Brasil não levar a sério a educação, não haverá a redução da criminalidade — disse o diretor-executivo da Educafro, frei David Santos.

Os participantes foram unânimes em condenar a redução da maioridade penal. Paulo Paim (PT-RS) foi o primeiro a se posicionar. Para o senador, a medida “é perversa, contraproducente e inócua”, pois não vai reduzir a criminalidade, como já se viu em outros países em que foi adotada.



Senador Paulo Paim (2º à esq.) preside audiência com Paulo Rangel, Fábio George da Nóbrega e Irapuã Santana da Silva

Para o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Paulo Rangel, os argumentos de quem defende a redução da maioridade são “falaciosos”. Ele lembrou que o sistema penitenciário nacional não recupera ninguém e haverá mais gente saindo do sistema pior do que entrou.

Integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Fábio George da Nóbrega alertou para a lentidão do Judiciário, que

contribui para a sensação de impunidade.

— O Brasil vai na contramão do mundo inteiro. Só aqui nós temos quatro instâncias de julgamento e essa morosidade estimula a violência e alimenta a impunidade — opinou.

## Emenda à Constituição

A presidente do Conselho Nacional de Juventude da Presidência da República, Ângela Guimarães, criticou a forma pela qual se deu a aprovação

da PEC 171/1993 na Câmara. A proposição, que reduz a maioridade penal para 16 anos, tramita no Senado com outras propostas similares.

Segundo ela, as sessões de discussão na comissão especial foram obstruídas e o texto foi levado a Plenário sem a devido debate.

— Havia deputados com interesses políticos e financeiros e que obstruíram a discussão. A derrota da PEC aconteceu no Plenário, mas em 24 horas

o resultado foi revertido. Essa ideia de reduzir a maioridade está na pauta conservadora presente na agenda política atual da Câmara — lamentou.

Também criticaram a proposta o promotor de Justiça do Distrito Federal Anderson de Andrade e Irapuã Santana da Silva, assessor do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal.

## Relações trabalhistas

Antes da audiência, representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) apresentaram um gibi temático sobre direitos trabalhistas. A edição apresentada na CDH trata do segmento de telemarketing, que, segundo o MPT, vem crescendo sem observar o respeito aos profissionais do setor.

O Projeto MPT em Quadri-nhos pretende levar de forma fácil informações que ajudem os trabalhadores a ficar por dentro de seus direitos e deveres. Temas como trabalho infantil, fraudes trabalhistas, assédio e escravidão contemporânea já foram abordados nas publicações.

## Mais Educação pode tornar-se padrão no ensino fundamental

O Programa Mais Educação (PME) deve se transformar em política com fontes permanentes de financiamento e integração curricular, de modo que a escola de tempo integral passe a ser o padrão oficial da escola brasileira. Essa é a primeira das 14 recomendações do relatório de avaliação sobre esse programa do governo federal, aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O PME constitui a estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, até garantir a progressiva universalização da educação integral. O relatório propõe destinar os recursos das receitas do Fundo Social do pré-sal e definir outras fontes para que o sistema avance com base em cronograma consistente, garantindo segurança financeira para as escolas implantarem as atividades curriculares para a formação integral.

O relatório aprovado atende exigência regimental feita às comissões permanentes do Senado, para que avaliem a cada ano políticas públicas federais relacionadas a seu campo de atividade. A CE examinou, em 2015, o PME, o Bolsa Atleta e o Cultura Viva.

A relatoria sobre o Mais Educação ficou com Paulo Paim (PT-RS). Foram feitas audiências públicas com especialistas e gestores da área de educação. A comissão também coletou informações oficiais sobre o programa. Segundo Paim, foi possível constatar que a educação integral ganhou importância na agenda política do Brasil, com reflexo no aperfeiçoamento da legislação, na expansão de programas em todo o país

e, o mais importante, no crescimento das matrículas.

— Nesse sentido, a intenção inicial do programa de ser uma ação indutora da educação integral parece estar sendo cumprida. Chegou a hora de dar um segundo passo, mais ousado, que é transformar o programa numa política de Estado, com atuação integrada dos sistemas de ensino nas três esferas da Federação — comentou.

## Adesão

O programa busca ampliar a oferta de oportunidades educativas nas escolas públicas, com garantia de uma jornada escolar de pelo menos sete horas diárias. Funciona a partir da adesão das escolas das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, que passam a receber recursos da União para custear despesas com atividades

oferecidas no turno contrário ao das aulas, como contratação de monitores e aquisição de kits de materiais.

Os dados reunidos no relatório indicam que eram atendidos, em 2014, nas 58,6 mil escolas participantes, aproximadamente 8,3 milhões de estudantes em todo o país. Em 2014, a União desembolsou R\$ 1,1 bilhão para custear o programa. Os estados e municípios também entram com recursos, mas o governo federal se mantém como principal financiador do programa, conforme o relatório.

Um dos problemas apontados foi a descontinuidade dos repasses federais agora em 2015. O relatório recomenda que se definam novas contrapartidas para os demais entes, dentro das condições financeiras de cada um, para a garantia de continuidades das ações. Como o programa ainda não consegue

atender todos os alunos de cada escola, é também recomendado manter o grau de vulnerabilidade como critério de seleção dos participantes durante a fase de expansão.

## Crítérios

O relatório aponta a ausência de uma definição clara de critérios para orientar as atividades complementares. Avalia-se que há o risco de transformar o turno contrário em “mero momento de reforço escolar”. Sugere ainda a necessidade de avaliações mais rigorosas sobre o rendimento dos participantes do programa. O documento também propõe que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria específica no PME.

O texto de Paim defende a formação de uma subcomissão na Comissão de Educação com objetivo de acompanhar o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação, que prevê a oferta, até 2020, de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica.

Segundo a vice-presidente da CE, Fátima Bezerra (PT-RN), a educação integral é decisiva para a formação do aluno, tanto para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas quanto para a formação de valores e atitudes.

— É também o caminho mais saudável para que se possa conter a violência. Quanto maior a duração da jornada escolar e a qualidade da educação integral, mais preparados estarão os alunos para o desenvolvimento de seu presente e futuro — afirmou.



Simone Tebet e Fátima Bezerra na Comissão de Educação, que aprovou relatório sobre o programa

Especialistas disseram que bancos de dados públicos não reúnem adequadamente dados sobre violência contra mulheres deficientes. Para Ministério da Saúde, elas são vítimas de “dupla vulnerabilidade”

## Audiência aponta falta de proteção à mulher deficiente

A MAIOR PARTE dos casos de violência contra mulheres com deficiência não é nem sequer denunciada ou então é subnotificada nos bancos de dados oficiais, que precisariam dispor de informações integradas para favorecer a elaboração de políticas públicas em favor desse segmento da população feminina.

A avaliação é da coordenadora-geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Vera Mendes, que ontem participou de uma audiência pública da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher.

Vera explicou que a integração dos dados é um desafio para o Executivo e o Legislativo, que poderiam criar mecanismos para reunir informações disponíveis nos sistemas de saúde, de direitos humanos e da Justiça, entre outros, visto que cada um “aborda a questão de um jeito, o que prejudica as pesquisas”.

### Barreiras

Ela disse que a mulher está sujeita a múltiplas vulnerabilidades “por ser mulher, negra, camponesa, quilombola e com deficiência, o que vai agregando uma série de situações que de fato colocam as mulheres em situação de risco muito grande”, exigindo que as políticas públicas sejam capazes de lidar com essa realidade.

— A mulher com situação de dupla vulnerabilidade sofre cotidianamente na rede SUS [Sistema Único de Saúde]. As unidades dificilmente estão equipadas para atender as necessidades específicas das mulheres com deficiência. As mesas ginecológicas não são acessíveis para exames básicos. Há barreiras não só de equipamentos e de acesso à saúde, mas de cultura em relação às mulheres com deficiência, o que é uma agressão

profunda — afirmou.

Representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman disse que o Legislativo tem sido um exemplo no combate à violência contra a mulher, com a aprovação da Lei Maria da Penha e da lei que criminaliza o feminicídio.

— Reconhecer os direitos das mulheres com deficiência tem sido um tema importante para o movimento das mulheres e para as Nações Unidas. É uma questão de consciência das mulheres, que têm chegado com toda força à sociedade, demandando ser ouvidas e reconhecidas. Todas as mulheres exigem vida livre de violência e essa tem de ser uma responsabilidade de todos e de todas. As mulheres precisam de políticas específicas, orçamento específico e pensamento específico — afirmou.

Assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Beatriz Cruz da Silva defendeu a integração de políticas e serviços da rede pública voltados para as mulheres, para evitar que elas sejam ouvidas “até oito vezes” sobre o mesmo episódio constrangedor em diferentes instituições. Ela disse ser necessário integrar as áreas de saúde e segurança pública, para impedir que as mulheres tenham de reproduzir episódios invasivos para atender as necessidades de perícia.

### Cadastro

A representante da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Liliane Bernardes, explicou que os dados sobre a violência serão inseridos num cadastro a ser adotado pelo governo em 2016 e que a pasta tem desenvolvido ações com outras entidades, com a realização de estudos sobre mulheres com deficiência vítimas de violência.

Procuradora federal no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) há nove anos, Elisa Maria Corrêa Silva disse que, em termos legais, não há diferenciação entre as mulheres que sofrem violência, sejam ou não deficientes.

— A legislação previdenciária trabalha mais com o conceito de incapacidade para o trabalho, mas o INSS é responsável pelo pagamento de benefícios assistenciais. Nesse caso, há diferenças. O benefício tem como requisito a pessoa ser portadora de deficiência. Fora esse panorama, não temos dados — afirmou.

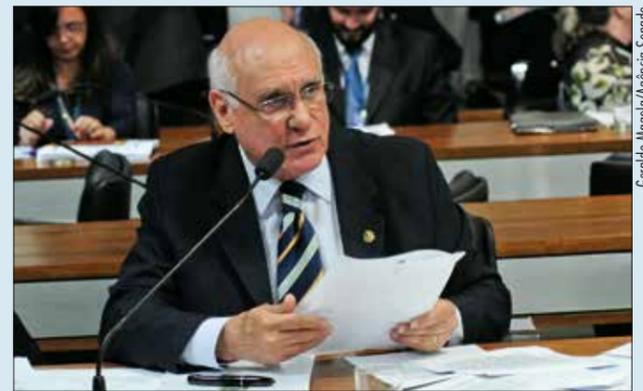
### Estatísticas

A consultora Tracy Francis disse que a falta de dados “é uma verdade quando olhamos para todas as questões que têm que ter igualdade de gêneros”.

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que a violência doméstica aflige o Brasil e que o cenário vivido pelas mulheres no estado dela, o Rio Grande do Norte, piorou nos últimos dez anos. A parlamentar destacou a criação de um fórum de parlamentares para promover o diálogo com a sociedade e o Executivo sobre o tema.

Presidente da comissão mista, a senadora Simone Tebet (PMDB-MS) disse que a violência contra as mulheres provoca impactos em todo o mundo, apresentando dados de organismos internacionais.

— Uma em cada quatro mulheres no mundo é vítima de violência doméstica. Cerca de 40% das mulheres com algum tipo de deficiência já sofreram violência doméstica no mundo. A estatística normal gira em torno de 20%. As mulheres com deficiência correm risco três vezes maior de sofrer estupro. E 70% das jovens com deficiência intelectual sofrem algum tipo de abuso, normalmente sexual — registrou.



Lasier Martins deu parecer favorável ao projeto, que veio da Câmara

## Visconde de São Leopoldo pode se tornar herói da pátria

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem projeto que sugere a inscrição do nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, no Livro dos Heróis da Pátria, mantido no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. A proposta (PLC 136/2015), do deputado Giovani Cherini (PDT-RS), vai a Plenário.

Em relatório favorável, Lasier Martins (PDT-RS) explicou que o projeto decorreu de pedido do Instituto e da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, do Instituto Histórico e Geográfico do estado e da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, escritor, político e magistrado, nasceu em Santos (SP), em 1774, e faleceu em Porto Alegre (RS), em 1847. Formado em direito pela Universidade de Coimbra, em Portugal, exerceu os cargos de juiz das alfândegas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e

de auditor-geral do exército.

Como ministro da Justiça, criou as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda. Destacou-se como historiador pela autoria dos *Anais da Capitania de São Pedro* e de um livro de memórias publicado postumamente na revista do Instituto Histórico, do qual foi um dos fundadores.

Foi deputado das cortes da nação portuguesa por São Paulo, deputado da Assembleia Constituinte de 1823, presidente da província do Rio Grande do Sul, membro do Conselho do Império, quando recebeu o título de visconde, conselheiro de Estado e senador do Império.

### Ciganos no Brasil

A CE também aprovou solicitação de audiência pública, de Telmário Mota (PDT-RR), sobre a real situação dos povos ciganos no Brasil. Em data ainda a ser marcada, contará com a participação de líderes e instituições ciganas e pesquisadores de comunidades e povos tradicionais.

## Eduardo Amorim alerta para casos de microcefalia

Diante dos crescentes casos de microcefalia no Brasil, Eduardo Amorim (PSC-SE) pediu esforço redobrado dos entes públicos e da população no combate ao mosquito *Aedes aegypti*. O senador disse que, até o último sábado, foram registrados 1.761 casos.

— A microcefalia não tem tratamento e pode estar relacionada com o vírus zika, transmitido pelo mesmo mosquito da dengue e da chicungunha. Para Amorim, as políticas públicas contra o mosquito não são implantadas corretamente. Ele pediu um plano efetivo do governo federal em parceria com municípios e estados.



Fotos: Moreira/Muritz/Agência Senado

## Ivo Cassol quer liberar substância contra o câncer

Ivo Cassol (PP-RO) pediu a liberação de substâncias experimentais para tratamento de câncer em pacientes em estado avançado.

O senador citou estudos da Universidade de São Paulo (USP) em São Carlos, com a substância fosfoetanolamina, que teriam mostrado eficácia no tratamento de diversos tipos de câncer.

— Esse medicamento já está sendo utilizado em humanos. Temos resultados positivos, é de arrepiar o depoimento das pessoas. Portanto, presidente Dilma, urgentemente edite uma medida provisória liberando esse medicamento.



A coordenadora-geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Vera Mendes, fala na audiência pública